

As entidades que não submeterem os instrumentos de medição a verificação periódica incorrem em contraordenações que, mediante auto de notícia levantado pelo serviço competente, estarão sujeitos a coimas cujo montante mínimo é de € 50,00 e máximo de € 1.500,00 ou mínimo de € 500,00 e máximo de € 15.000,00 consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva e podendo aqueles ser apreendidos e perdidos a favor do Estado.

Para que ninguém possa alegar ignorância, se publica o presente edital e idênticos, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral, o subscrevi.

Município da Covilhã aos 18 de fevereiro de 2016.

Vítor Manuel Pinheiro Pereira  
Presidente da Câmara

### **DESPACHO N.º 11/2016**

#### **Delegação de competências para representação do Município da Covilhã**

No âmbito das competências conferidas ao Presidente da Câmara pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 38.º do citado regime jurídico, **DELEGO** no Senhor Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira, Diretor do Departamento de Obras e Planeamento da Câmara Municipal da Covilhã, as funções contidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do RJAL, de representatividade do Município, para efeitos de assinatura do Auto de Posse do Parque de Estacionamento Subterrâneo e Parcometros de Superfície na cidade da Covilhã, na sequência da resolução do contrato de direito de superfície e da concessão decretado por Decisão Arbitral de 02 de Abril de 2015 e nos termos da cláusula quinta do Acordo judicial homologado por sentença de 10 de fevereiro de 2016 no processo 1232/15.2BELSB do Tribunal Administrativo de Circuito de Lisboa.

Covilhã e Paços do Concelho, 22 de fevereiro de 2016.

Vítor Manuel Pinheiro Pereira  
Presidente da Câmara

### **AVISO**

O Município da Covilhã convida à apresentação de candidaturas para negociação da locação do estabelecimento a instalar no Piso 0 do edifício dos Paços do Município, destinado a restauração e bebidas com esplanada exterior e serviço de Bar de Apoio ao Teatro Municipal, em dias de espetáculo.

As candidaturas devem ser apresentadas até às 17:30 horas do dia 18/03/2016 (6.ª feira) e dirigidas à Câmara Municipal da Covilhã – Serviço de Património Municipal, Praça do Município, 6200 – 151 Covilhã, contendo os seguintes elementos: 1) Experiência no sector da restauração e bebidas (curriculum vitae); 2) Valor mensal proposto e 3) Outros aspectos considerados relevantes.

As condições gerais encontram-se patentes no Serviço do Património Municipal da Câmara Municipal da Covilhã, onde podem ser consultadas durante o horário normal de expediente.

Covilhã, Paços do Município, 24 de fevereiro de 2016.

Vítor Manuel Pinheiro Pereira  
Presidente da Câmara Municipal

### **REGULAMENTO DO PROVIDOR DO MUNICÍPE DO CONCELHO DA COVILHÃ**

#### **PREÂMBULO**

A constituição da figura do Provedor do Município inscreve-se numa estratégia autárquica de modernização administrativa, baseada na prestação de serviços de qualidade, e de modo a agilizar a interatividade entre os serviços da autarquia e os municípios.

A institucionalização desta figura constitui um passo significativo na aproximação e no incentivo à participação ativa dos cidadãos na vida pública, onde se inclui o direito à reclamação por um serviço de qualidade, sendo para tal imprescindível a existência de um mecanismo que garanta uma apreciação imparcial dessas reclamações, tendo em vista a resolução dos problemas que as originam e a apresentação de propostas de melhoria junto dos órgãos competentes e que evitem a recorrência de reclamações futuras.

Assim, os municípios poderão apresentar junto do Provedor do Município, queixas ou reclamações relativas a ações ou omissões dos órgãos e serviços municipais. O Provedor do Município apreciará com isenção e independência as reclamações, e embora sem poder decisório, poderá dirigir posteriormente junto das instituições e serviços visados e órgãos municipais competentes as recomendações necessárias, com o objetivo de facilitar, resolver ou eliminar as situações objetos de queixa, solucionar diferendos ou corrigir as situações lesivas dos interesses dos cidadãos.

O Provedor do Município assumirá portanto, uma missão de mediador entre o município e os diferentes órgãos e serviços municipais.

O presente Regulamento foi elaborado ao abrigo do uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O presente Regulamento foi aprovado nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Assembleia Municipal da Covilhã, sob proposta da Câmara Municipal da Covilhã, em sessão ordinária de 29/12/2015.

#### **Art. 1º - Provedor do Município**

O Provedor do Município tem por função garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos particulares perante os órgãos, serviços municipais, empresas e fundações municipais do Município da Covilhã.

### **Art. 2º - Autonomia e Imparcialidade**

O Provedor do Município exerce a sua atividade com autonomia e imparcialidade face aos órgãos municipais.

### **Art. 3º - Condições de elegibilidade**

O Provedor do Município deve reunir todas as condições de elegibilidade previstas na lei para os membros dos órgãos municipais e gozar de reconhecida reputação de integridade moral e cívica.

### **Art. 4º - Incompatibilidades**

O Provedor do Município não deve ter ligações profissionais ou económicas relevantes aos serviços municipais, nem deve exercer cargo autárquico, exercendo com isenção e imparcialidade o cargo de provedor do município.

### **Art. 5º - Estatuto Remuneratório**

1. À atividade do Provedor do Município subjaz o princípio da gratuidade, sendo por isso gratuita para os cidadãos queixosos.

2. O Provedor do Município poderá ter direito à compensação prevista na lei para os membros da Assembleia Municipal, nas condições a definir pela Câmara Municipal, sendo que as despesas efetuadas no exercício das funções, desde que devidamente documentadas, serão pagas depois de aprovadas em reunião de Câmara.

### **Art. 6º - Designação**

O Provedor do Município é designado pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, sendo a deliberação submetida posteriormente à validação e legitimação da Assembleia Municipal.

### **Art. 7º - Posse**

O Provedor do Município toma posse perante o Presidente da Assembleia Municipal.

### **Art. 8º - Mandato**

O mandato do Provedor do Município coincide com o mandato dos órgãos municipais (Assembleia Municipal e Câmara Municipal), só podendo ser exercido por 3 mandatos consecutivos.

### **Art. 9º - Cessação de Mandato**

As funções do Provedor do Município cessam antes do quadriénio nos seguintes casos:

- a) Morte ou impossibilidade física permanente;
- b) Perda dos requisitos de elegibilidade fixados para pelos candidatos aos órgãos das autarquias locais;
- c) Renúncia, através de carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal;
- d) Destituição fundamentada, aprovada pela Assembleia Municipal, por uma maioria qualificada de dois terços dos seus membros em efetividade de funções.

### **Art. 10º - Competências**

#### **Compete ao Provedor do Município:**

- a) Receber queixas e reclamações relativamente aos órgãos, serviços municipais, empresas municipais e fundações municipais;
- b) Emitir pareceres, recomendações e sugestões no âmbito das suas competências, enviando-os ao Presidente da Câmara, com conhecimento à Assembleia Municipal;
- c) Dar informação, por solicitação da Assembleia Municipal, sobre quaisquer matérias relacionadas com a sua atividade;
- d) Elaborar semestralmente um relatório da sua atividade, remetendo-o à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

### **Art. 11º - Dever de Colaboração**

1. As entidades referidas no Art. 1º devem prestar ao Provedor do Município toda a colaboração que lhes for solicitada para o bom desempenho das suas funções.
2. O Provedor do Município pode fixar por escrito prazo de resposta, não inferior a dez dias úteis, para satisfação das questões solicitadas às entidades previstas no Art. 1º.
3. O Provedor do Município tem acesso a todos os dados e documentos municipais, dentro dos limites da lei, e pode deslocar-se livremente aos locais de funcionamento dos serviços.
4. O Provedor do Município pode solicitar a intervenção da Assembleia Municipal, da Câmara ou do Presidente da Câmara Municipal, caso as entidades referidas no Art. 1º não deem resposta às questões por ele suscitadas, dentro do prazo estabelecido no nº 2 deste artigo.

### **Art. 12º - Iniciativa**

O Provedor do Município exerce as suas funções mediante queixa, reclamação ou por iniciativa própria, relativamente a factos que por qualquer modo ou forma cheguem ao seu conhecimento e justifiquem a sua intervenção.

### **Art. 13º - Dever de Resposta**

1. As queixas e reclamações podem ser apresentadas por escrito ou oralmente, mediante a devida identificação dos seus autores.
2. As queixas e reclamações apresentadas oralmente devem ser reduzidas a escrito e assinadas pelos próprios sempre que saibam e possam fazê-lo.
3. Devem ser comunicadas ao queixoso ou reclamante, pelo Provedor Municipal, no prazo máximo de vinte dias úteis, as diligências efetuadas e eventuais conclusões.

### **Art. 14º - Limites de Intervenção**

1. O Provedor do Município aprecia as reclamações sem poder decisório, dirigindo aos órgãos municipais competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar as falhas detetadas.
2. O Provedor do Município não tem competência para anular, revogar ou modificar quaisquer tipos de atos das entidades referidas no Art. 1º e a sua intervenção não suspende o decurso de prazos, designadamente os de reclamações, recursos hierárquicos e contenciosos.

### **Art. 15º - Gabinete do Provedor do Município**

1. Para o desempenho das suas funções, o Provedor do Município dispõe de serviços de apoio técnico e administrativos próprios, cabendo à Câmara Municipal dotá-los de meios humanos e logísticos, por sua solicitação.
2. Aos elementos e funcionários dos serviços de apoio do Provedor do Município é aplicável o regime de incompatibilidades do mesmo.

### **Art. 16º - Encargos**

No Orçamento Municipal devem ser inscritas verbas para a prossecução das funções do Provedor do Município e respetivo apoio.

### **Art. 17º - Interpretação e Integração do Regulamento**

1. A interpretação do presente Regulamento, bem como a integração de lacunas e a resolução de casos omissos, cabe à Assembleia Municipal.
2. Nos casos omissos é aplicável, subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo.

### **Art. 18º - Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação, por Edital e no Boletim Municipal.